



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº DE 2012.

(Do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame)

Solicita ao Ilustríssimo Senhor Jorge Hage Sobrinho, Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União, informações sobre a existência e andamento de investigações acerca dos fatos noticiados que ensejaram a saída do Senhor Orlando Silva do Ministério do Esporte.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e no art. 115, inciso I, e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeremos a Vossa Excelência, ouvida a Mesa, sejam solicitadas ao Senhor Jorge Hage Sobrinho, Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União, as informações abaixo elencadas, sobre a existência e andamento de investigações ou procedimentos acerca dos fatos noticiados que ensejaram a saída do Senhor Orlando Silva do Ministério do Esporte.

1. Que procedimentos foram abertos, indicando o respectivo número e o resultado do processo ou a fase em que se encontram, para apurar as denúncias veiculadas pelo Jornal "O Estado de São Paulo" sobre o então Ministro do Esporte, Orlando Silva, acusado de ter favorecido diversas ONG's ligadas ao PCdoB e de ter desviado altos valores que jamais chegaram a ser utilizados com a finalidade prevista no Projeto Segundo Tempo.
2. Que providências foram efetivamente tomadas com relação aos envolvidos e com relação à devolução de valores eventualmente desviados ou indevidamente apropriados.
3. Que medidas foram adotadas para ampliar a transparência e aperfeiçoar os mecanismos de controle, objetivando evitar a repetição dos atos de corrupção.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

4. Algum dos envolvidos nas denúncias ocupa atualmente algum cargo ou função pública, seja na administração direta ou indireta? Em caso afirmativo, qual o cargo ou função ocupada em qual órgão ou empresa?

JUSTIFICAÇÃO

Em 19 de fevereiro de 2011, o site do Jornal “O Estado de São Paulo”, publicou denúncia com o seguinte teor: “cercado por fraudes, Segundo Tempo turbina caixa e políticos do PC do B”.

Além da chamada, o corpo da reportagem deixava bem claro que havia graves problemas na gestão do então Ministro à frente do Ministério do Esporte, como se pode verificar da leitura do texto então publicado: “Projeto do Ministério do Esporte só em 2010 distribuiu R\$ 30 milhões a ONGs de dirigentes e aliados do partido; ‘Estado’ percorreu núcleos esportivos no DF, GO, PI, SP e SC e flagrou convênios com entidades de fachada, situações precárias e de abandono. Em reportagens feitas pelo Estadão, foram noticiadas denúncias contra o então Ministro Orlando Silva, que representava o PCdoB no governo, mostrando que um projeto do Ministério do Esporte distribuiu R\$ 30 milhões a ONGs de dirigentes e aliados do partido, só em 2010. A reportagem do Estadão percorreu núcleos esportivos em Brasília, Goiás, Piauí, São Paulo e Santa Catarina, flagrando convênios com entidades de fachada, situações precárias e de abandono.”

É preocupante ler que a reportagem visitou os locais aonde deveriam estar sendo aplicados os recursos e verificou a existência de entidades de fachada que recebiam o dinheiro do projeto e no lugar dos tais projetos havia apenas núcleos esportivos fantasmas, abandonados ou em precárias condições. Nos terrenos onde deveria haver quadras esportivas, o mato alto e o lixo tomavam conta. Não havia os prometidos uniformes, muito menos calçados, além de haver desvio de merenda ou fornecida com prazo de validade vencido.

Se o Projeto Segundo Tempo era descrito no site do próprio Ministério “como um programa de “inclusão social” e “desenvolvimento integral do homem”. Tem como prioridade atuar em áreas “de risco e vulnerabilidade social”, criando núcleos esportivos para oferecer a crianças e jovens carentes a prática esportiva após o turno escolar e também nas férias”, a realidade era totalmente diferente e chocante.

Apenas como exemplo, pode ser citado o que foi apurado pela reportagem: “Em Goiás, onde deveria estar instalado um núcleo cadastrado na cidade do Novo Gama, o que existe é apenas um terreno baldio. Cerca de 2,2 mil crianças deixaram de ser assistidas na cidade por uma entidade-fantasma sem fins



CÂMARA DOS DEPUTADOS

lucrativos. No Novo Gama, embora o programa Segundo Tempo seja só promessa, na última campanha eleitoral o projeto foi usado como realidade pelo vice-presidente do PCdoB do DF, Apolinário Rebelo.”

As verbas do programa Segundo Tempo deveriam ser usadas para criar 590 núcleos de prática esportiva e beneficiar 60 mil crianças carentes.

Tais denúncias levaram ao afastamento do então Ministro, Orlando Silva.

Diante de todo o exposto, gostaríamos de salientar que não basta a perda de quaisquer cargos, mas faz-se necessária a apuração de todo o ocorrido, a persecução dos valores desviados, a devolução dos montantes e a responsabilização dos agentes.

Não é moralmente aceitável que apenas se perca uma posição nos quadros governamentais em retribuição por desvio de verbas públicas. Portanto, a sociedade espera a apuração de todos os fatos e, em se constatando a ocorrência de ilícito, a consequente punição dos agentes envolvidos.

Nosso país não pode mais ficar apenas assistindo a denúncias sem fim sobre corrupção sem ser dada à população convincente explicação sobre o ocorrido, bem como sendo exemplarmente punidos os envolvidos. De tal maneira, aguardamos, pois, o atendimento aos nossos questionamentos.

Sala das Sessões, em de de 2012.

Deputado **ANTONIO CARLOS MENDES THAME**
Líder da Minoria da Câmara dos Deputados
PSDB-SP